

## SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRACAO DO MGI-RR

## Termo de Referência 2/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	170347-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRACAO DO MGI-RR	MARILENA RODRIGUES DA SILVA	29/01/2026 17:15 (v 0.20)
Status			
DISPONIBILIZADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	65/2026	17166.000167/2025-47

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, pelo prazo de **12 (doze) meses**, para **eventual e futura aquisição de materiais de consumo** (produtos de copa, cozinha, limpeza, utilidades e correlatos), conforme especificações e quantidades **estimadas e máximas** constantes da Tabela do Item 1.1.1.

O registro de preços destina-se a atender às necessidades da:

- **Superintendência Regional de Administração em Roraima – SRA/RR (Órgão Gerenciador)**
- **Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Roraima – SRTE/RR**
- **Procuradoria da Fazenda Nacional em Roraima – PFN/RR**
- **Controladoria-Geral da União – Regional/RR – CGU/RR**
- **Superintendência do Patrimônio da União em Roraima – SPU/RR**

1.1.1. As quantidades estimadas e máximas encontram-se na Tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE SOLICITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	603269	AÇÚCAR, TIPO CRISTA L, COLORAÇÃO BRANCA	PACOTE	1158	R\$ 4,51	5.222,58
2	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO SEM GÁS, MATERIAL EMBALAGEM PLÁSTICO, TIPO EMBALAGEM RETORNÁVEL,(GARRAFÃO DE 20 LITROS)	UND	250	R\$ 14,00	3.500,00
3	310507	ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO  COR: INCOLOR  APLICAÇÃO: LAVAGEM E	UND	272	R\$ 2,87	780,64

		ALVEJANTE DE ROUPAS, BANHEIRAS, PIAS,  TIPO: COMUM				
4	273231	ALCOOL ETILICO: tipo hidratado, teor alcoólico 70% (70° gl), apresentação gel, refil 800 ml tipo bolsa.	UND	48	R\$ 9,83	471,84
5	240135	Avental, material em PVC-cloreto de polivinila, modelo forrado, tipo impermeável, cor branca, comprimento 100cm, largura 80cm, características adicionais tiras de amarrar fixas.	UND	6	R\$ 9,99	59,94
6	628545	Balde, Material: Plástico, Material Alça: Plástico, Capacidade: 12 L, Cor: Variada Formato: Cilíndrico	UND	10	R\$ 15,60	156,00
7	450212	BANDEJA DE AÇO, MATERIAL: aço inoxidável, comprimento: 30 cm, largura: 20cm, altura: 4 cm, características adicionais: com acabamento arredondado nas bordas.	UND	3	R\$ 161,72	485,16
8	440280	Bandeja Retangular em Aço Inox com Alças, Prata, 41 x 29 cm	UND	1	R\$ 97,23	97,23
9	472341	CABO TIPO HDMI: conector macho-macho, tamanho mínimo de 2m-Compatibilidade com versão CTS: 2.1/2.1a/2.0b/2.0a/2.0/1.4/1.3/1.2/1.1.	UND	8	R\$ 15,00	120,00
10	606522	CAFE TORRADO E MOIDO - PCT. C/ 250 G - café, tipo torrado, apresentação moído, tipo embalagem a vácuo.  Descrição Complementar: EXTRAFORTE: embalagem com dizeres de rotulagem; de acordo com legislação em vigor; embalagem: 250g- validade : mínimo 12 meses	PACOTE	444	R\$ 23,99	10.651,56
11	606523	CAFÉ, APRESENTAÇÃO TORRADO MOÍDO, INTENCIDADE: MÉDIA, TIPO TRADICIONAL, EMPACOTAMENTO: VÁCUO, PACOTE COM 250G, PRAZO VALIDADE DE MINIMO: 15 MESES.	PACOTE	1800	R\$ 22,18	39.924,00
12	291791	CÂMERA DE VÍDEO: do tipo webcam, câmera videoconferência, resolução 320 x 240 e 640 x 480, tipo lente f 2.2 /f6.85, velocidade transmissão vídeo 30, aplicação sistema de videoconferência.  Características adicionais webcam USB com microfone embutido	UND	6	R\$ 196,15	1.176,90
13	331897	Caneca, Material: Cerâmica, Capacidade: 300 ml, Altura: 9 cm, Diâmetro: 8 cm, Características	UND	25	R\$ 10,15	253,75

		Adicionais: Com Alça em Cerâmica, Tipo Uso: Alimentos Líquidos. Cor: Branca				
14	389520	Canecas, Aplicação: Café, Cor: Branca, Material: Cerâmica, Características Adicionais: Com Alça em cerâmica Com o Melhor Isolamento Térmico, Durabilidade Que Torna o Produto Sustentável, Capacidade: 250ml.	UND	25	R\$ 12,99	324,75
15	440719	Coador de pano para café grande, cabo madeira 25cm	UND	49	R\$ 22,24	1.089,76
16	482848	Colher de Café de Aço Inoxidável, Colher de Café Mini, Colher de Chá 15 cm	UND	32	R\$ 3,80	121,60
17	247603	Colher de Pau tamanho médio 35 cm	UND	2	R\$ 25,00	50,00
18	467122	COLHER MÉDIA: material corpo: silicone, material cabo: plástico, aplicação: preparo de alimentos, características adicionais: cabo longo, comprimento: cerca 15 cm	UND	6	R\$ 16,00	96,00
19	393858	COPO DE VIDRO: capacidade 300ml, cor transparente, tipo uso água/suco/ refrigerante.	UND	52	R\$ 6,60	343,20
20	617347	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIESTIRENO, CAPACIDADE DE 180 ML, APLICAÇÃO ÁGUA/SUCO E REFRIGERANTE. PACOTE COM 100UND.	PACOTE	900	R\$ 4,62	4.158,00
21	327150	Desodorizador aplicação aromatizador, apresentação aerosol -	UND	100	R\$ 13,80	1.380,00
22	465064	Desodorizador sanitário	UND	20	R\$ 9,80	196,00
23	294610	Escorredor Louça, Material: Metal Cromado, Capacidade: 10 Pratos, Características Adicionais: Compartimentos Para Talheres E 8 Copos	UND	6	R\$ 92,55	555,30
24	333358	Escova limpeza geral, material corpo: plástico, material cerdas: náilon, características adicionais: formato arredondado, aplicação: vaso sanitário	UND	10	R\$ 13,90	139,00
25	349679	ESPONJA LIMPEZA, MATERIAL ESPUMA/ FIBRASINTÉTICA, FORMATO RETANGULAR, ABRASIVIDADEMÉDIA, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA FACE, COMPRIMENTO MÍNIMO 92 MM, LARGURA MÍNIMA65 MM, ESPESSURA MÍNIMA 431 MM	UND	330	R\$ 1,65	544,50

26	355387	ESPUMADEIRA: material corpo: aço inoxidável, material cabo: aço inoxidável, tamanho: 31 cm.	UND	4	R\$	23,90	95,60
27	457779	FACA, MATERIAL LÂMINA AÇO INOXIDÁVEL,  MATERIAL CABO POLIPROPILENO,  COMPRIMENTO LÂMINA 8 POL, LARGURA  LÂMINA 8 CM, APLICAÇÃO CORTAR CARNE	UND	1	R\$	31,77	31,77
28	219488	FAQUEIRO 24 PEÇAS- Faqueiro, material embalagem papelão, material talheres aço inoxidável, material cabo madeira, cor cabo vermelha, Quantidade de facas ,6 und, quantidade de garfos, 6 und, quantidade colheres 6 und, quantidade colheres café 6 und	UND	5	R\$	57,13	285,65
29	299630	Flanela tamanho 38cmx58cm	UND	10	R\$	5,00	50,00
30	313574	FRIGIDEIRA EM ALUMÍNIO. Diâmetro 28 cm.  Revestimento: Teflon, com cabo em Baquelite  Antitérmico, COM TAMPA DE VIDRO e revestimento  interno e externo.	UND	3	R\$	64,37	193,11
31	247555	GARRAFA TÉRMICA 1L - GARRAFA TÉRMICA, em polietileno, capacidade 1 litro, com tampa rosqueada, alça e copo acoplado. CORES VARIADAS	UND	6	R\$	47,89	287,34
32	394039	Garrafa Térmica Portátil, Material: Alumínio, Aplicação: Para Uso Água Gela, Capacidade: 500ml, Características Adicionais: Tampa /Válvula, Tipo: Squeeze	UND	15	R\$	44,16	662,40
33	384413	GARRAFA TÉRMICA, MATERIAL AÇO  INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 1 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TAMPA TIPO  PRESSÃO, AMPOLA INQUEBRÁVEL	UND	22	R\$	125,00	2.750,00
34	468442	Garrafa Térmica, Para Café, Pressão, Com Alça, Material: Aço Inoxidável Fosco, Ampola de Vidro, Sistema que Evita Pingos, Capacidade: 2 Litro, Comprimento: 120, Largura: 90, Altura:	UND	2	R\$	198,50	397,00

35	468439	Garrafa Térmica, Para Café, Pressão, Com Alça, Material: Aço Inoxidável Fosco, Ampola de Vidro, Sistema que Evita Pingos, Capacidade: 500 MI; Dimensões: Comprimento: 25, Largura: 12, Altura: 25	UND	4	R\$	87,09	348,36
36	461652	GÁS REFINO DE PETRÓLEO, TIPO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP, USO DOMÉSTICO Botija 13Kg	UND	50	R\$	145,00	7.250,00
37	484679	IINSETICIDA, TIPO: LÍQUIDO, APLICAÇÃO: USO DOMÉSTICO  Descrição complementar: Inseticida aerosol multi-insetitica, embalagem com 300ml, ingredientes ativos (imiprotrina 0,020%, permetrina 0,050%, esbiotrina 0,100%), solvente, antioxidante, emulsificante, veículo e propelentes.	UND	79	R\$	14,70	1.161,30
38	440290	Jarra de Vidro Lisa com Tampa de Acrílico 1litro. Para água Com Alça e Bico e Tampa com Aparador de Gelo.	UND	3	R\$	67,90	203,70
39	428385	Jarra, Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 2 L, Modelo: Com Tampa E Alça,	UND	10	R\$	70,56	705,60
40	252836	LEITEIRA, MATERIAL ALUMÍNIO, CAPACIDADE 71,44  1,5 L, FORMATO CILÍNDRICO, ACABAMENTO SUPERFICIAL POLIDO,  CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ALÇA, MATERIAL CABO POLIPROLENO	UND	8	R\$	61,90	495,20
41	295932	LEITEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO  CAPACIDADE: 2 L  ACABAMENTO SUPERFICIAL: POLIDO  MATERIAL CABO: MADEIRA	UND	1	R\$	65,04	65,04
42	249903	Limpador multi uso – 500ml	UND	124	R\$	6,18	766,32
43	601034	Limpa-Vidro, Aspecto Físico: Líquido, Composição: Alquil Benzeno Sulfonato E Água	UND	120	R\$	7,83	939,60
		Lixeira com pedal - Em plástico resistente, com tampa acionada por					

44	432055	pedal, com capacidade aproximada de 50 l.	UND	2	R\$ 122,21	244,42
45	388800	Lixeira, material: chapa aço, capacidade: 10,5 l, tipo: com tampa plástica acionada por pedal, cor: cinza, características adicionais: adesivo externo conforme modelo, revestimento: cesto interno polietileno, aplicação: coleta de lixo.	UND	6	R\$ 158,00	948,00
46	622835	Luminária, Tipo: Sobrepor, Formato: Quadrado, Tipo Lâmpada: Led, Características Adicionais: Ângulo De Abertura: 120°, Irc >80, Modelo: Pannel, Aplicação: Instalações Elétricas, Tensão Nominal: Bivolt V, Grau Proteção: Ip20, Potência Nominal Lâmpada: 18 W, Temperatura De Cor: 6.500 K	UND	100	R\$ 27,95	2.795,00
47	366699	Luva Borracha, Material: Látex, Tamanho: Médio, Características Adicionais: Anatômica, Antiderrapante, Tipo: Cano Long	PAR	10	R\$ 12,99	129,90
48	485315	Máscara Cirúrgica, Material: Não Tecido 100% Polipropileno, Filtro: Elemento Filtrante Interno, Eficiência: Efp Maior Que 98% E Bfe Maior Que 95%, Quantidade Camadas: Mínimo 3 Camadas, Modelo: Ajustável, Clipe Nasal, Formato: Retangular, C/ Pregas Horizontais, Componente Adicional: Visor P/ Proteção Ocular, Cor: C/ Cor, Tamanho: Adulto, Esterilidade: Descartável - <b>Caixa com 50 UN</b>	CAIXA	10	R\$ 25,70	257,00
49	304925	PALHA AÇO, MATERIAL AÇO CARBONO, ABRASIVIDADE MÉDIA, APLICAÇÃO LIMPEZA EMGERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS Nº 1	PACOTE	315	R\$ 3,13	985,95
50	615675	Panela Material: Alumínio Capacidade: 2 L Material Cabo: Polipropileno Características Adicionais: Revestimento Externo/Interno Teflon; Tampa Alumínio	UND	1	R\$ 90,49	90,49
51	292633	Panela Material: Alumínio Capacidade: 4 L Material Cabo: Polipropileno	UND	1	R\$ 149,99	149,99
52	479517	Pano de Limpeza tipo perfex, Multiuso, na cor azul. Rolo com 25 panos de 29x29cm	UND	23	R\$ 20,00	460,00
53	357462	Pano limpeza, material: 100% algodão cru, comprimento: 85 cm, largura: 60 cm, características adicionais: chão, cor: branca, tipo: saco	UND	100	R\$ 6,21	621,00
		PANO PRATO, MATERIAL ALGODÃO, COMPRIMENTO  64 CM, LARGURA 44 CM, COR DIVERSAS				

54	240382	(ESTAMPADO), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS  FELPUDO E ATOALHADO	UND	110	R\$ 9,98	1.097,80
55	620626	Papel higiênico, folhas duplas de alta qualidade, comprimento 30, largura 10. pacote com 04 unidades.	PACOTE	120	R\$ 9,40	1.128,00
56	440834	Papel Toalha, material celulose (100% fibras naturais), comprimento 44, largura 25, cor branca, características adicionais: alto grau de absorção. Pacote com 04 unidades.	PACOTE	40	R\$ 15,50	620,00
57	438638	PLUSCABLE CABO ADAPTADOR: de vídeo HDMI Macho para VGA Fêmea ADP-HDMIVGA10BK	UND	10	R\$ 46,30	463,00
58	440098	POTE ALIMENTOS: Material: Vidro Formato: Redondo Cor: Incolor Capacidade: 01kl Características Adicionais: Com Tampa Rosqueável	UND	10	R\$ 33,63	336,30
59	229943	Refil limpador vidro, material: tecido, aplicação: rodo limpa-vidro	UND	10	R\$ 35,34	353,40
60	473706	Refil Para Bebedouro Industrial, Material: Knox/Venâncio, Aplicação: Para 2 (duas) Torneiras.	UND	4	R\$ 124,33	497,32
61	239773	REGULADOR DE GÁS COMPLETO  MATERIAL: ALUMÍNIO FUNDIDO, TIPO FECHAMENTO: REGISTRO MANUAL, COMPONENTE: ALAVANCA, COM MANGUEIRA TIPO ROSCA: GAS GLP, MEDIDA DA ROSCA: 3/4 POL, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: COM FILTRO MANGUEIRA DE GÁS, MATERIAL: BORRACHA, DIÂMETRO: 1/2 POL APLICAÇÃO: GLP - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, TIPO: FLEXÍVEL, COMPRIMENTO: 1,50 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MALHA DE AÇO FLEXÍVEL	UND	2	R\$ 61,83	123,66
62	372558	Rodo, material cabo: alumínio, material suporte: alumínio, quantidade borracha: 2 um, características adicionais: 62 cm, com manola, altura mínima 1,50 m.	UND	12	R\$ 22,06	264,72
63	226629	SABÃO DE COCO NATURAL, sais + ácido graxo, em barra de 200 gramas cada, validade mínima de 1 ano.	UND	20	R\$ 6,97	139,40
		SABÃO EM BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA SAIS +ÁCIDO GRAXO, TIPO GLICERINA , CARACTERÍSTICAS				

64	238155	ADICIONAIS SEM PERFUME,900G( TABLETES COM 5 UNIDADES)	PACOTE	160	R\$ 12,50	2.000,00
65	226093	Saco plástico lixo, capacidade: 50 l, cor: preta, apresentação: peça única, largura: 63 cm, altura: 80 cm	UND	300	R\$ 29,40	8.820,00
66	626243	Saco Plástico Lixo, Material: Polietileno, Capacidade: 100 L, Largura: 105 CM, Altura: 75 CM, Espessura: 0,03, Características Adicionais: Reforçado, Aplicação: Coleta De Lixo	UND	100	R\$ 65,75	6.575,00
67	614864	Saco Plástico Lixo, Material: Resina Termoplástica Reciclada, Capacidade: 30 L, Largura: 59 CM, Altura: 62 CM, Cor: Preta, Características Adicionais: Com Solda Contínua , Micras 06 . Normas Técnicas: Classe I Tipo B	UND	200	R\$ 18,10	3.620,00
68	271371	SUPORTE BOTIJÃO GÁS VASO GALÃO REFORÇADO AÇO COM RODAS	UND	2	R\$ 38,49	76,98
69	386046	Tábua /prancha de alimentos em polipropileno rígido de 40cmx30cmx2cm, na cor branca, para cortes em geral.	UND	2	R\$ 69,45	138,90
70	624641	TAÇA - MATERIAL: vidro transparente incolor, altura: 16,10 cm, diâmetro: 7,30 cm, capacidade: 300 ml, uso: água	UND	24	R\$ 14,90	357,60
71	456299	TIGELA PORCELANA Tigela, material: porcelana, capacidade: 500 ml, características adicionais: branca, redonda, uso: copa, cozinha ADENDO: tipo cumbuca estilo Chinês, 13 cm de diâmetro	UND	24	R\$ 19,99	479,76
72	300094	TOALHA DE MESA: material renda, formato retangular, comprimento 3,20, largura 1,40, cor branca	UND	2	R\$ 54,99	109,98
73	621344	TOALHA DE MESA: material: Oxford, formato: retangular, comprimento: 4,20 m, Largura: 2,40 m. Características adicionais: lisa, cor: <b>branca</b> , acabamento barramento: bainha simples.	UND	2	R\$ 103,00	206,00
74	621344	TOALHA DE MESA: material: Oxford, formato: retangular, comprimento: 4,20 m, Largura: 2,40 m. Características	UND	2	R\$ 103,00	206,00



		adicionais: lisa, cor: <b>Vinho</b> , acabamento barramento: bainha simples				
75	452407	TOALHA MESA  MATERIAL:OXFORD,FORMATO RETANGULAR, COMPRIMENTO 1,20 M, LARGURA 1,20M, COR AZUL MARINHO	UND	1	R\$ 25,28	25,28
76	609856	TOALHA MESA  MATERIAL:OXFORD,FORMATO RETANGULAR, COMPRIMENTO 7,0 M, LARGURA 2,50M, COR BRANCA	UND	1	R\$ 136,65	136,65
77	264867	Toalha Mesa, Material: Renda, Formato: Retangular, Comprimento: 2m, Largura: 1,40m, Cor: Branca	UND	2	R\$ 51,00	102,00
78	264868	Toalha Mesa, Material: Renda, Formato: Retangular, Comprimento: 3m, Largura: 1,55m, Cor: Branca.	UND	2	R\$ 53,00	106,00
79	454442	<b>TRAVESSA, PORCELANA, 40 x 24,50 X 5,60 CM, refratária, travessa, porcelana, tamanho 40 x 24,50 x 5,60 cm-Refratária.</b>	UND	4	R\$ 57,80	231,20
80	219103	TRAVESSA: material aço inoxidável, tamanho grande, tipo raso, formato oval, aplicação servir alimentos	UND	3	R\$ 48,00	144,00
81	466615	Vassoura, material cerdas: náilon, material cepa: madeira, comprimento cepa: 60 cm, características adicionais: com cabo rosqueado, largura cepa: 10 cm.	UND	15	R\$ 21,33	319,95
82	220126	Xícara, material: porcelana, tipo: chá, cor:branca, capacidade: 200 ml, características adicionais: com pire	UND	62	R\$ 24,85	1.540,70
83	220097	XÍCARA - xícara, material porcelana, tipo café cor branca.  Capacidade 80 ml características adicionais com pires	UND	86	R\$ 14,92	1.283,12
84	629999	Copo Descartável, Material: Polipropileno, Capacidade: 50 ML, Aplicação: Café, Características Adicionais: Atóxico, De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865, Cor: Incolor	PACOTE	70	R\$ 2,70	189,00

85	249894	DETEGENTE, COMPOSIÇÃO: AGENTE SEQUESTRANTE, ESTABILIZANTE, UMECTANTE,  COMPONENTE ATIVO: TENSOATIVO ANIÔNICO (TODECILBENZENO SULFANATO DE  APLICAÇÃO: LAVAGEM TALHERES, LOUÇAS, PISOS, AZULEJOS  AROMA: INODORO  CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÍQUIDO VISCOSO, COR MEL, PH (100%): 6,7 À 7,0, E	UND	518	R\$ 2,23	1.155,14
86	300115	SABÃO PÓ, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL,  ASPECTO FÍSICO PÓ, CARACTERÍSTICAS  ADICIONAIS BIODEGRADÁVEL, 500G	UND	350	R\$ 4,90	1.715,00
TOTAL						129.829,31

Observação.:

## 1.2 Natureza da contratação

1.2.1. O presente Termo de Referência rege procedimento de **Registro de Preços**, não implicando contratação imediata, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1.1. As contratações decorrentes da ARP serão formalizadas por instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, admitidos, conforme o caso, nota de empenho, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução. É vedada a execução sem a formalização do instrumento aplicável.

1.2.1.2. 2.1.2. A Ordem de Fornecimento é documento operacional que registra a demanda e não substitui a formalização do instrumento aplicável.

## 1.3. Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes

### 1.3.1. Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços (ARP):

Superintendência Regional de Administração em Roraima – **SRA/RR**

### 1.3.2. Órgãos Participantes:

- **Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Roraima – SRTE/RR**
- **Procuradoria da Fazenda Nacional em Roraima – PFN/RR**
- **Controladoria-Geral da União – Regional/RR – CGU/RR**
- **Superintendência do Patrimônio da União em Roraima – SPU/RR**

1.4 O prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇO é de **12 (doze) meses** contados da sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## 1.5. Gestão da Ata de Registro de Preços

1.5.1. A gestão da ARP caberá ao **Órgão Gerenciador**, responsável por:

- gerir administrativamente a Ata;
- controlar e atualizar os saldos;
- coordenar demandas entre os órgãos participantes;
- comunicar fornecedores e unidades participantes

1.5.2. Aos **Órgãos Participantes** compete:

- emitir Ordens de Fornecimento;
- atestar o recebimento;
- realizar o pagamento;
- informar inconsistências ao Gerenciador.

1.6. O fornecimento ocorrerá **de maneira parcelada**, mediante **Ordem de Fornecimento** emitida pelo órgão demandante durante a vigência da ARP..

1.6.1. As entregas ocorrerão nos endereços constantes no Termo de Referência, observando-se os prazos e condições definidas neste Termo de Referência.

### 1.7. Tipologia dos bens.

1.7.1. Os bens são classificados como **bens de consumo comuns**, com especificações usuais do mercado, conforme art. 6º, XXVII e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

1.7.2. O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

### 1.8. Da vedação à adesão por órgãos não participantes.

1.8.1. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta contratação por órgãos ou entidades não participantes.

1.8.2. Tal vedação decorre do fato de que o planejamento da contratação foi realizado de forma consolidada e restrita aos órgãos participantes, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, não tendo sido realizada a etapa de Intenção de Registro de Preços – IRP para captação de demandas externas, inexistindo, portanto, estudo de vantajosidade ou dimensionamento de quantitativos para adesões posteriores.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*

I) ID PCA no PNCP: 00489828000155-0-000029/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 19/11/2025;

III) Id do item no PCA: 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109 e 110;

VI) Classe/Grupo: 7930 - COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO;

V) Identificador da Futura Contratação: 170347-39/2026;

### 2.3. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

2.3.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP decorre das características do objeto, composto por materiais de consumo comuns, de uso contínuo e frequente pelos órgãos participantes, cujas demandas são variáveis ao longo do exercício.

2.3.2. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a aquisição por SRP revela-se a solução mais adequada e vantajosa, tendo em vista: (i) a impossibilidade operacional de aquisição integral dos bens de uma só vez; (ii) a limitação de espaço físico para armazenamento; (iii) a necessidade de reposição periódica dos estoques; e (iv) a viabilidade de contratações parceladas ao longo da vigência da Ata, conforme a disponibilidade orçamentária.

2.3.3. O SRP, ademais, proporciona ganhos de eficiência administrativa, padronização das aquisições, redução de custos operacionais e maior economicidade, em consonância com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e com os fundamentos consignados no ETP.

## **2.4. Fundamentação dos quantitativos estimados**

2.4.1. Os quantitativos estimados constantes deste Termo de Referência foram definidos com base no levantamento consolidado das demandas encaminhadas pelos órgãos participantes, formalizadas por meio de registros no Sistema SEI, bem como em planilha específica integrante do processo administrativo, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

2.4.2. As estimativas consideraram o consumo histórico, a natureza continuada dos materiais, a necessidade de reposição dos estoques e a previsão de uso durante a vigência da Ata de Registro de Preços, constituindo-se em parâmetros de planejamento, não implicando obrigação de contratação integral por parte da Administração, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontre-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, devendo destacar que os itens de café, açúcar e água mineral são os únicos produtos padronizados pelo Governo Federal, razão pela qual deverão obrigatoriamente obedecer às especificações abaixo e constantes do CATMAT e atender integralmente às normas técnicas e legais exigidas neste Termo de Referência.

### **3.1.1 ITEM 10 : CAFÉ. APRESENTAÇÃO: TORRADO E MOÍDO. TIPO: ÚNICO. TORREFAÇÃO: PONTO DE TORRA ESCURA**

3.1.1.1 **Código CATMAT:** 606522

3.1.2.2 **Embalagem:**

3.1.2.1.3 **Tipo:** vácuo

3.1.2.2.4 **Unidade de medida:** 250 g

3.1.2.3.5 **Material:** o material da embalagem em contato direto com o café, deverá ser de material adequado e observando a legislação específica vigente.

3.1.2.4.6. **Rótulo:** deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a. **Grupo:** torrado e moído;

- b. Informação da espécie de café com a expressão "100% (nome da espécie)", ou a predominância da espécie com a expressão "predominantemente (nome da espécie)", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a informação da variedade do café;
- c. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "café", seguida da marca comercial, se houver;
- d. Identificação do lote;
- e. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- f. Ponto de torra ou a classificação da torra;
- g. Prazo de validade; **Mínimo de 12 (doze) Meses.**
- h. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário;
- i. Peso líquido.

3.1.3. **Características de torrefação:** correspondem ao ponto de torra e à classificação da torra que estão estabelecidas no Anexo IV da Portaria SDA/MAPA nº 570, de 2022.

3.1.4. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### **3.2. ITEM 11 : CAFÉ, APRESENTAÇÃO: TORRADO E MOÍDO. TIPO: ÚNICO. TORREFAÇÃO: PONTO DE TORRA MÉDIA**

3.2.1. **Código CATMAT:** 606523

3.2.2. **Embalagem:**

3.2.2.1. **Tipo:** vácuo

3.2.2.2. **Unidade de medida:** **250 g**

3.2.2.3. **Material:** o material da embalagem em contato direto com o café, deverá ser de material adequado e observando a legislação específica vigente.

3.2.2.4. **Rótulo:** deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

#### **a. Grupo: torrado e moído;**

- b. Informação da espécie de café com a expressão "100% (nome da espécie)", ou a predominância da espécie com a expressão "predominantemente (nome da espécie)", conforme o caso, sendo permitida, adicionalmente, a informação da variedade do café;
- c. Denominação de venda do produto, que será constituída da palavra "café", seguida da marca comercial, se houver;
- d. Identificação do lote;
- e. Nome empresarial, CNPJ ou CPF;
- f. Ponto de torra ou a classificação da torra;
- g. Prazo de validade; **Mínimo de 12 (doze) Meses, a contar da data de entrega**
- h. Instruções de conservação, preparo e uso do alimento, quando necessário; e

i. Peso líquido.

3.2.3. **Características de torrefação:** correspondem ao ponto de torra e à classificação da torra que estão estabelecidas no Anexo IV da Portaria SDA/MAPA nº 570, de 2022.

3.2.4. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referentes aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### 3.3. ITEM 1: AÇÚCAR. COLORAÇÃO: BRANCA. TIPO: CRISTAL

3.3.1. **Código CATMAT:** 603269

3.3.2. **Embalagem:**

3.3.2.1. **Tipo:** pacote.

3.3.2.2. **Unidade de medida:** 1 kg

3.3.2.3. **Material:** o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser material adequado e observando a legislação específica vigente.

3.3.2.4. **Rótulo:** informações que devem constar:

a. Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;

b. A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;

c. Identificação do lote;

d. Peso líquido;

e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;

f. Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm<sup>2</sup>, por exemplo, sachê de açúcar.

d. Prazo de validade: **Mínimo de 12 (doze) Meses, a contar da data de entrega.**

3.4. Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

### 3.5. Item 2: Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável:

**CATMAT:** 445485

**Capacidade do garrafão:** 20 (vinte) litros.

**Material da embalagem:** PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2013, que deverão garantir a integridade do produto.

3.5.1. O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.

3.5.2. A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.

### 3.5.3. Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros: Nota(s) explicativa(s):

- Altura total: 490mm ± 2,5mm;
- Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222 /2019.

**Validade da água:** no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

### 3.6. Compatibilidade do objeto com o Sistema de Registro de Preços

3.6.1. Os itens previstos neste Termo de Referência correspondem a materiais de consumo de uso recorrente e necessário ao funcionamento regular das atividades administrativas dos órgãos participantes, conforme caracterizado no Estudo Técnico Preliminar.

3.6.2. Considerando a natureza comum dos bens, a demanda contínua, a sazonalidade do consumo e a inviabilidade de aquisição integral e armazenamento prolongado, conclui-se que o Sistema de Registro de Preços é compatível com o objeto, permitindo contratações parceladas e ajustadas às necessidades efetivas da Administração durante a vigência da Ata.

### 3.7. Cláusulas de Sustentabilidade

3.7.1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção, distribuição, uso e destinação final.

#### 3.7.1.1. Produção:

- Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade aos normativos que tratam do tema.
- As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema.

#### 3.7.1.2. Distribuição:

- Devem ser observados os normativos que dispõem sobre as boas práticas para distribuição e comercialização do café torrado e moído **E/OU** açúcar cristal.

#### 3.7.1.3. Uso:

- A forma de consumo do café torrado e moído **E/OU** açúcar cristal, deve evitar desperdício.

#### 3.7.1.4. Destinação final:

- Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós-consumo. A NBR 16182:2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os Requisitos da Contratação encontra-se em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares;

- 4.1.2. Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;
- 4.1.3. Os materiais utilizados deve ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 4.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.5. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.1.6. Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela, que deverá ser minuciosamente observada pelo fornecedor;
- 4.1.7. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 4.1.8. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do ajuste/instrumento aplicável
- 4.1.9. A falta do produto, cujo fornecimento incumbe à detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos bem como as demais condições estabelecidas;
- 4.1.10. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados; e
- 4.1.11. Para o fornecimento dos materiais, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental de acordo normas e critérios vigentes.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Não há, no Estudo Técnico Preliminar, motivos que justificassem a indicação de marcas, ou ainda, características, que não as constantes na descrição do próprio CATMAT dos itens.

#### **Da exigência de amostra**

4.4. A avaliação dos produtos entregues serão realizadas no ato da entrega ou no prazo do recebimento definitivo.

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar e pelas razões abaixo justificadas:

4.6.1. São bens de consumo e entrega imediata após considerando os prazos estabelecidos neste termo.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**



5.1. Os itens serão entregues conforme disponibilidade orçamentaria e financeira de forma parcelada, quando solicitado pelos órgãos.

5.1.1. A entrega decorrente da ARP somente será executada após a formalização do instrumento aplicável — nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 — e mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelo órgão demandante, durante a vigência da ARP.

5.2. Caso não seja possível a entrega do material no período de **30 (trinta) dias**, após recebimento da **Solicitação do Material pelo órgão Requisitante**, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**Superintendência Regional de Administração no Estado de Roraima – SRA/RR**

Rua Floriano Peixoto, 214 – Centro - CEP. 69.301-320. Boa Vista – RR, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e 14h às 17h.

Fone: (95) 2121-2819 / 2828 / 2833 / 2822

**Procuradoria da Fazenda Nacional em Roraima – PFN/RR**

Avenida Getúlio Vargas, 4714 – São Pedro – CEP: 69.306-700 Boa Vista/RR, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e 14h às 17h.

Fone: (95) 3621-3435 3212 / 0140

**Controladoria Regional da União no Estado de Roraima – CGU - Regional/RR**

Avenida Capitão Ene Garcez, 1024 – São Francisco – CEP: 69.305-135 Boa Vista/RR, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e 14h às 17h.

Fone: (95) 3624-2114 3212 / 5220

**Superintendência do Patrimônio da União em Roraima – SPU/RR**

Avenida Ville Roy, 7984 – São Vicente – CEP: 69303-445 Boa Vista/RR, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e 14h às 17h.

Fone: (95) 3198 - 4200 / 4204

**Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Roraima – SRTE/RR**

Avenida Major Williams, 1549 – Centro – CEP: 69.301-112 Boa Vista/RR, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e 14h às 17h.

Fone: (95) 3198 - 3850 / 3899

5.4. Para produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total de validade definido pelo fabricante, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar.

5.5. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no Edital.

5.6. Nos preços cotados, deverão estar inclusos todas as despesas legais incidentes (impostos, taxas, fretes, mão-de-obra, entrega e outros insumos que os compõem), nada sendo lícito pleitear a esse título.

5.7. A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a contratar, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021, preservando-se o caráter eventual do SRP.

5.8. Todas as despesas de frete/embalagem, impostos, encargos incidentes deverão ser inclusos no preço da proposta e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

5.9. O registro de preços não obriga a contratação, conforme art. 82 da Lei 14.133.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.10. Os bens permanentes fornecidos – especialmente luminárias LED e câmeras de vídeo – terão garantia legal, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), acrescida da garantia comercial ofertada pelo fabricante ou pela contratada.

5.11. Constatado vício ou defeito dentro do prazo de garantia, a contratada deverá substituir o item por outro novo e idêntico, em perfeitas condições de uso, no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados da notificação da Administração.

5.12. Todos os custos relacionados à substituição, incluindo transporte, logística ou eventual recolhimento do item defeituoso, serão de responsabilidade exclusiva da contratada..

5.13. A substituição do item defeituoso não alterará o termo inicial da garantia.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Cada contratação derivada da Ata de Registro de Preços será formalizada mediante instrumento aplicável, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, conforme o Termo de Referência.

6.2. A fiscalização será exercida por servidor(es) designado(s) pelo órgão participante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A fiscalização da **execução do instrumento aplicável** compreenderá:

- I – o acompanhamento da entrega dos materiais;
- II – a verificação da conformidade dos itens com as especificações deste Termo de Referência;
- III – o registro das ocorrências relevantes da execução;
- IV – a comunicação imediata ao gestor do contrato sobre eventuais irregularidades observadas.

6.4. O gestor da **execução do instrumento aplicável** será responsável por:

- I – monitorar o cumprimento das obrigações contratuais;
- II – adotar providências decorrentes de comunicação do fiscal;
- III – demandar, quando necessário, manifestação técnica, jurídica ou administrativa pertinente;
- IV – propor sanções, quando aplicável, com base na Lei nº 14.133/2021.

6.5. A contratada deverá:

- I – cumprir integralmente as obrigações assumidas no **instrumento aplicável**;
- II – entregar os materiais em conformidade com as especificações, prazos e condições;
- III – substituir, às suas expensas, itens rejeitados nos termos deste TR;
- IV – manter todas as condições de habilitação durante a vigência no **instrumento aplicável**;
- V – comunicar formalmente qualquer fato que possa afetar a execução no **instrumento aplicável**.

6.6. A existência de fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades civis, administrativas e legais.

6.7. A comunicação entre as partes ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico, admitidas outras formas que garantam registro e rastreabilidade.

6.8. Os casos de descumprimento do **instrumento aplicável** serão processados como infração administrativa, observando-se o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, assegurados contraditório e ampla defesa.

6.9. A gestão ora prevista aplica-se exclusivamente ao **instrumento aplicável** decorrentes da ARP e não se confunde com a gestão da própria Ata, disciplinada neste Termo de Referência.

### Fiscalização

6.10. A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) na **execução do instrumento aplicável**, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

- 6.11. O fiscal técnico acompanhará a **execução do instrumento aplicável**, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no **instrumento aplicável**, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.12. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento da **execução do instrumento aplicável** todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.13. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção **do instrumento aplicável** determinando prazo para a correção.
- 6.14. O fiscal técnico informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor.
- 6.16. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da **execução do instrumento aplicável** sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.17. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

- 6.20. Cabe ao gestor:

- 6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial **instrumento aplicável**;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou **instrumento aplicável** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou **instrumento aplicável** ;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou **instrumento aplicável** ;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato ou **instrumento aplicável** ;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,01% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**

7.2.4.2. **Moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do instrumento aplicável, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.**

7.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do **instrumento aplicável** por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização **da execução do instrumento aplicável**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **instrumento aplicável**.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. o valor a pagar; e

8.12.4. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à **rescisão do ajuste /instrumento** aplicável nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela **rescisão do ajuste/instrumento**, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.



## Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **10/02/2026**.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será **parcelado** conforme for demandado pelas **Unidades abrangidas pela contratação**.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme Modelo da Proposta de composição de preços anexa ao edital **OU** tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **9.34. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS**

**9.34.1.** Não será admitida a participação de licitantes reunidos em consórcio, nem de sociedades cooperativas, na presente licitação, tendo em vista que o objeto consiste na **aquisição de materiais de consumo**, caracterizados como **bens comuns**, de **baixa complexidade técnica** e **pequeno valor econômico**, cujas especificações são usuais de mercado, não demandando capacidade técnica, operacional ou econômica diferenciada que justifique a formação de consórcios ou a atuação por meio de cooperativas, sendo a vedação necessária para **preservar a competitividade, a economicidade, a eficiência e a vantajosidade da contratação**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, conforme fundamentado no **Estudo Técnico Preliminar** e na **Justificativa SEI nº 55093692** que integra o processo administrativo.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ **129.829,31 (cento e vinte e nove mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11.2. A contratação será atendida e de responsabilidade da respectiva adequação orçamentária de cada Unidade demandante e/ou participante deste certame

11.3. Quando houver exigência de Contrato Administrativo específico, cada órgão participante será responsável por encaminhar o processo de formalização contratual e pela emissão do empenho correspondente, observando-se o saldo disponível da ARP.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como **sigilosas**

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### ANEXO I

#### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

## 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de ....., contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ..... [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

OU 2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU 2.8. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ..... (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

## 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXXX. 3.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados; 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante; 4.1.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.5.1 Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

5.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



5.9.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3 Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação. 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

# 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**BELINE SABINO DA SILVA**

Equipe de Planejamento e Contratos

**MARILENA RODRIGUES DA SILVA**

Equipe de Planejamento e Contratos



*Assinou eletronicamente em 29/01/2026 às 17:15:28.*